



ANO 16 Nº 1  
Janeiro de 2007

## Emprego formal: o saldo do ano de 2006

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apurou, no período jan.-nov./06, um crescimento de 5,9% no nível do emprego celetista no Brasil, com a criação de 1.546.179 postos de trabalho, um saldo, entre admitidos e desligados, superior ao do mesmo período do ano anterior (1.540.700 postos). No mês de novembro de 2006, foram geradas 32.579 oportunidades com carteira assinada, um resultado inferior ao do mês anterior (129.795), mas superior ao de novembro do ano passado (13.831).

O setor serviços foi o que “puxou” a expansão nesses 11 meses de 2006, responsável por 38,1% dos novos postos, seguido pela indústria de transformação (23,6%), pelo comércio (20,6%) e pela construção civil (7,9%). Este último setor se destaca com a maior taxa de crescimento do emprego formal (10,4%), o que pode ser creditado às medidas de desoneração tributária (que reduziram e até mesmo zeraram o IPI para 25 itens da construção civil), ao crédito habitacional e ao aumento da segurança jurídica para contratos de financiamento de longo prazo. A agricultura aparece com a segunda maior taxa (9,0%), enquanto a indústria de transformação, o comércio e serviços ficam em torno da média do agregado, 5,7%. Cabe ainda um registro para a indústria extrativa mineral, com uma taxa de 8,5%, possivelmente em razão do crescimento da produção e das exportações de petróleo.

O Rio Grande do Sul figura entre os estados que tiveram as taxas de crescimento do emprego celetista mais baixas no período jan.-nov./06 (3,6%), contudo começou a dar sinais de reação nos últimos meses, atingindo uma taxa de incremento de 0,9% em novembro frente a outubro (saldo de 17.322), aparecendo como o segundo estado em termos de geração de postos, em novembro.

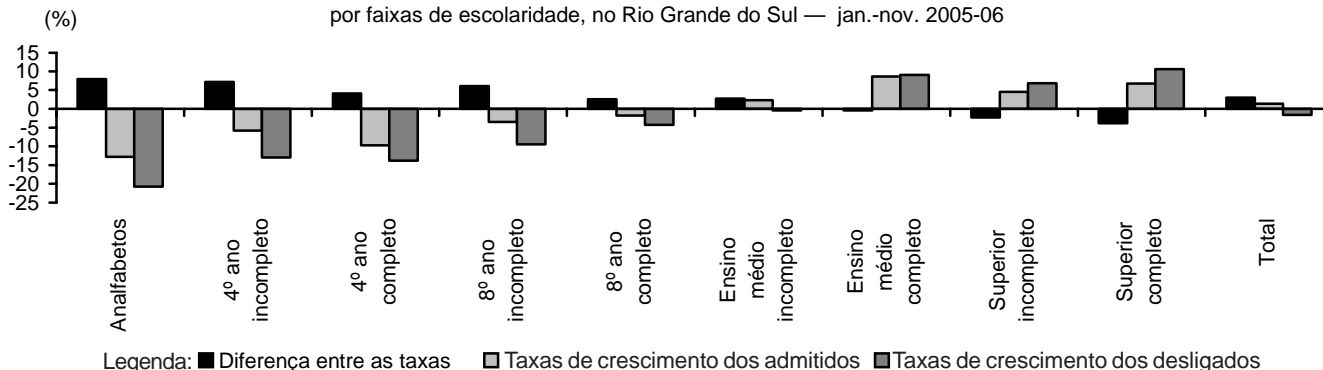
No plano estadual, também foi o setor serviços o responsável pela maior parcela das vagas abertas nesses 11 meses

(39,8%), seguido pelo comércio (25,3%). As maiores taxas de crescimento ocorreram em setores de pouco significado para o emprego formal; os mais expressivos, como serviços, comércio e indústria de transformação, tiveram taxas de 4%, 4,2% e 2,4% respectivamente, sendo que este último exibiu o pior desempenho, reflexo da valorização cambial que atingiu o setor exportador — sobretudo calçados — e da situação de forte endividamento dos produtores rurais, com dificuldades para investimento em máquinas. O único dado negativo ocorreu no interior da indústria de transformação, justamente no segmento calçados, que fechou 2.283 vagas de janeiro a novembro de 2006.

Os trabalhadores de escassa escolaridade foram os mais atingidos pela seletividade do mercado de trabalho formal. A maior parte dos postos acrescidos no ano em curso localizou-se nas faixas de escolaridade mais altas, notadamente na do ensino médio completo, que concentrou 54,8% das vagas geradas no Brasil e 58,3% no RS. As faixas inferiores — até a quarta série completa — tiveram as menores participações, com 5,2% do saldo no País, enquanto, no RS, suprimiram-se vagas nessas faixas.

Todavia, ao se confrontarem os últimos dois anos, observa-se um movimento que sinaliza uma outra direção. O cálculo da diferença entre as taxas de variação dos admitidos e as dos desligados em cada faixa de escolaridade, nos 11 meses de 2006 frente ao mesmo período de 2005, mostrou resultados negativos nas faixas de escolaridade mais avançadas (a partir da oitava série completa, no caso do Brasil, e a partir do ensino médio completo, no caso do RS) e positivos nas faixas mais baixas. Isso mostra que o dinamismo das contratações foi maior nos estratos inferiores, o que, dependendo da evolução nos próximos anos, pode ir de encontro a uma comprovada tendência do mercado de trabalho de favorecer as pessoas mais escolarizadas.

Taxas de crescimento dos admitidos e dos desligados no mercado de trabalho formal, por faixas de escolaridade, no Rio Grande do Sul — jan.-nov. 2005-06



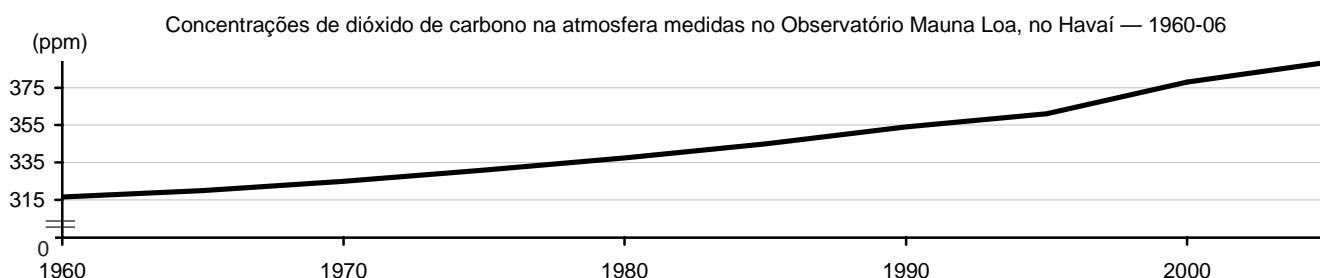
FONTE: MTE/Caged.

## Riscos da elevação de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) na atmosfera

Pesquisas revelam que, nos últimos 650.000 anos, a concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera da Terra tem variado entre 180 ppm e 300ppm (partes por milhão), em ciclos de glaciação de 100.000 anos. A concentração de CO<sub>2</sub> encontra-se, atualmente, em nível de 380ppm, o que é 27% superior ao patamar da era pré-industrial. A maior parte desse acréscimo (60ppm) deu-se entre 1958 e 2002 e origina-se das atividades humanas, com o uso indiscriminado dos combustíveis fósseis, das queimadas e do desflorestamento.

Para atender às necessidades energéticas do Planeta, são retirados do subsolo cerca de 7 bilhões de toneladas de carbono/ano, na forma de carvão mineral, petróleo e gás natural.

Caso o crescimento econômico siga a tendência das três últimas décadas, no meado dos anos 50 serão necessários 14 bilhões de toneladas de carbono/ano, o que aponta uma concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera de mais de 500ppm. Isso aumentará a temperatura média da Terra pelo efeito estufa, cujas consequências qualitativas (secas, inundações, furacões, elevação do nível do mar, desertificação) são conhecidas, mas desconhecem-se suas intensidades, frequências e durações. Torna-se, assim, urgente superar as dificuldades na substituição do carbono como energético-base, o que exige um acordo internacional que preveja mudanças radicais no atual modelo mundial de consumo.



FONTE: Earth System Research Laboratory - Global Monitoring Division. Disponível em: <http://www.cmdl.noaa.gov/ccgg/trends>

NOTA: Dados de 1960 a 1974 são do Scripps Inst. Oceanography; de 1974 a 2006, do NOAA ESRL/GMD.

José Enoir Loss (CEES/FEE)

## Aumenta oferta de vagas no ProUni: Brasil e RS

O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2005, tem como finalidade conceder a estudantes de baixa renda bolsas de estudos parciais e integrais em instituições privadas de educação superior, as quais têm, em contrapartida, algumas isenções tributárias ao aderirem ao Programa.

No ano de 2005, foram oferecidas 112.275 vagas no Brasil; já em 2006, essa oferta passou para 138.668, um acréscimo de 23,5%. Movimento análogo ocorreu no RS, onde o número de vagas foi de 8.138 em 2005 e passou para 11.366 em 2006, o que representa crescimento de 39,7%.

O desdobramento por tipos de bolsas concedidas, parcial ou integral, permite observar o predomínio das bolsas integrais. O Programa financiou, no Brasil, 71.905 bolsas inte-

grais em 2005 e 98.698 em 2006, o que representou, respectivamente, 64,0% e 71,2% do total das bolsas contempladas; um aumento de 37,3%. No que concerne ao RS, as bolsas integrais, em 2005, correspondiam a 6.383 vagas, ou 78,4% do total, e, em 2006, passaram a 9.550, o que significa 84% do total, um acréscimo de 49,6%.

O Programa Universidade para Todos é considerado, pelo Governo Federal, um dos eixos para que, até o ano de 2010, de acordo com o Plano Nacional de Educação, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos alce à condição de universitário, ora restrita a 10,4% dessa faixa etária da população brasileira.

Oferta de vagas no Programa Universidade para Todos, no Brasil e no RS — 2005 e 2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006		VARIÇÃO 2006/2005	
	Número	%	Número	%	Absoluta	%
<b>Brasil</b> .....	112 275	100,0	138 668	100,0	26 393	23,5
Bolsa parcial .....	40 370	36,0	39 970	28,8	-400	-1,0
Bolsa integral .....	71 905	64,0	98 698	71,2	26 793	37,3
<b>RS</b> .....	8 138	100,0	11 366	100,0	3 228	39,7
Bolsa parcial .....	1 755	21,6	1 816	16,0	61	3,5
Bolsa integral .....	6 383	78,4	9 550	84,0	3 167	49,6

FONTE: MEC/INEP.

Carlos Roberto Winckler (FEE/CIE)



Tenha acesso a esta e a outras  
publicações em  
nossa Home Page  
[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

Carta  
de  
Conjuntura FEE

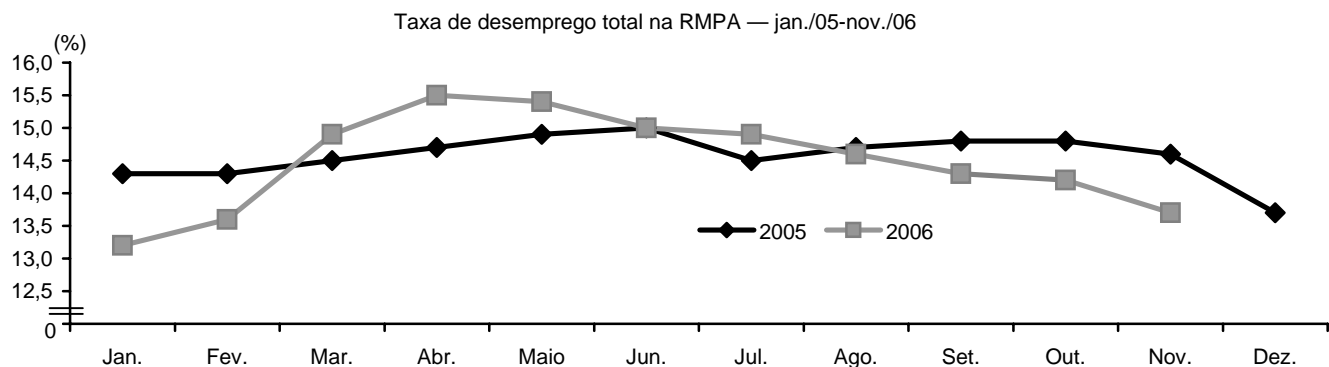
## Desemprego elevado e menor emprego protegido no ano de 2006

A evolução do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre em 2006, ainda que positiva, não repetiu a mesma *performance* do ano de 2005. Tal resultado deveu-se, fundamentalmente, ao fato de o desemprego manter-se em patamar elevado e à desaceleração do ritmo de criação de empregos com vínculos de trabalho formais no setor privado.

Em relação à taxa de desemprego total, observa-se que, apesar da queda, o patamar permaneceu em nível elevado: 13,7% da População Economicamente Ativa em novembro de 2006 face aos 14,6% de novembro de 2005. Além disso, ao contrário do verificado no ano anterior, em 2006 o comportamento decrescente da taxa de participação (indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada) colaborou para que aquele indicador não atingisse níveis ainda maiores aos

efetivamente verificados nesse ano. De fato, de janeiro a agosto de 2006, a tendência declinante do nível de ocupação foi a única determinante do crescimento do desemprego.

No que diz respeito aos vínculos formais, o emprego com carteira de trabalho assinada do setor privado não manteve as características positivas do ano de 2005. Naquele ano, o crescimento da ocupação deveu-se exclusivamente ao desempenho do emprego assalariado do setor privado com carteira assinada, uma vez que houve retração no emprego assalariado sem carteira assinada. Esse comportamento favorável, no âmbito do setor privado, não se repetiu em 2006; ao contrário, como em anos anteriores, voltou a se observar aumento da precarização, devido ao maior crescimento relativo do emprego assalariado sem carteira assinada, dos trabalhadores autônomos e dos empregados domésticos.



FONTE: PED-RMPA.

Alejandro Kuajara Arandia (FEE/CPED)

## Cresce o volume das exportações do RS em 2006

O volume das exportações gaúchas apresentou um crescimento de 5,1% no período jan.-nov./2006, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi liderado pelo aumento de 392,2% das exportações de produtos da agropecuária. Tal desempenho deveu-se à recuperação das exportações de grãos de soja, que representaram 88,9% das exportações da agropecuária em 2006. Apesar desse excelente desempenho, o volume exportado de produtos agrícolas no corrente ano ainda está abaixo da média de 2003. Esse crescimento só não foi mais favorável em virtude da redução nos preços desses produtos, que, nos 11 primeiros meses do ano, foi de -6,1%. A queda nos preços agrícolas, associada à apreciação cambial de aproximadamente 10% em 2006, afetou negativamente a rentabilidade do setor.

Já no que se refere às exportações industriais, houve uma queda no seu volume (-2,2%), apesar de terem apresentado um crescimento nos seus preços (8,8%). O fraco desempenho industrial deveu-se à queda no volume exportado de máquinas e equipamentos (-18,6), de produtos do fumo (-17,5%), de artefatos de couro (-7,9%) e de produtos químicos (-2,3%). Em seu conjunto, essas quatro atividades representaram 51,7% das exportações industriais em 2006. O destaque positivo ficou a cargo da indústria de produtos alimentícios e bebidas (16,3%).

O desempenho diferenciado entre agricultura e indústria tem sido resultado, por um lado, da recuperação da produção agrícola e, por outro, da valorização cambial, que continuou atuando como um freio à recuperação industrial.

Taxas de crescimento do volume e dos preços das exportações, segundo setores selecionados da indústria de transformação, no RS — jan.-nov./06

SETORES	PARTICIPAÇÃO %	VARIÇÃO %	
		Volume	Preço
Produtos alimentícios e bebidas .....	24,0	16,3	6,9
Produtos químicos .....	13,1	-2,3	11,7
Coque e refino de petróleo .....	1,9	47,6	16,0
Couros, artefatos de couro e calçados .....	17,4	-7,9	10,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos .....	1,2	20,4	12,9
Móveis e indústrias diversas .....	3,2	-4,2	3,2
Veículos automotores, reboques e carrocerias .....	6,5	-9,5	9,4
Fabricação de produtos do fumo .....	11,9	-17,5	11,8
Máquinas e equipamentos .....	9,3	-18,6	7,0
Outros .....	11,4	-	-
<b>TOTAL</b> .....	100,0	-2,2	8,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.  
MDIC.

André Luis Contri (FEE/CIE)

## O câmbio e a China modelam estratégias dos calçadistas gaúchos

Os dois últimos anos caracterizaram-se por quedas acentuadas de produção nas empresas gaúchas de calçados (-3,2% e -8,3% no período jan.-out.). Além do câmbio valorizado, que reduz a competitividade do produto local, a opção pelo mercado interno não se tem constituído em alternativa para esses fabricantes. O aumento de consumo de bens não duráveis vem-se dando nos segmentos de produtos mais baratos, que, no caso de calçados, ou são fabricados em outros arranjos produtivos brasileiros, ou são importados da China.

As dificuldades iniciaram nos anos 90, após a abertura da economia, que expôs as empresas calçadistas à concorrência internacional. Com mão-de-obra barata e custos de transação reduzidos, a China dominou rapidamente os segmentos de calçados de menor preço e, paulatinamente, passou a ocupar faixas de preços mais elevados, deslocando fabricantes gaúchos de mercados tradicionais. Exemplo disso é o caso do mercado norte-americano, que já representou 80% das exportações gaúchas e, hoje, absorve menos de 50%.

Ademais, a manutenção do real valorizado ampliou as dificuldades do pólo gaúcho produtor de calçados, que exporta parcela elevada da produção e agrega um grande número de empresas que realizam vendas sob encomenda, ou seja, com *design* e preço definidos pelo comprador. Isto porque é justamente no segmento de calçados de menor preço que os chineses são imbatíveis.

Nesse cenário adverso, os fabricantes gaúchos procuram adaptar-se, seja buscando menores custos de produção, seja investindo em *design* e em tecnologia. Uma saída, já uti-

lizada em meados da década de 90, é o deslocamento de plantas para regiões com menores custos (mão-de-obra barata e incentivos fiscais). A outra, mais difícil, é o reposicionamento do produto: sair do segmento de calçados padronizados e de preços baixos para a produção especializada em calçados de maior valor agregado, vendidos em nichos de mercado e em volumes menores. Para tanto, as empresas buscam construir uma identidade, agregar valor, enfim, criar um diferencial competitivo. Esses esforços envolvem a contratação de estilistas, o investimento em modelagem e estudos de tendências, a abertura de lojas em *shoppings* e no exterior, de modo a tornar a marca conhecida.

O resultado dessa estratégia pode ser constatado pela análise dos dados de exportação, que mostram uma elevação continuada no preço médio dos calçados exportados, ao mesmo tempo em que se observa uma retração na quantidade de pares vendidos. No período jan.-out./05, o aumento do preço dos calçados exportados (24,2%) compensou a retração no número de pares vendidos (-16,2%), mas, em 2006, essa queda foi tão acentuada que a elevação do preço (17,0%) não conseguiu contrabalançar a redução na quantidade (-17,4%), ocorrendo queda nos valores exportados (-3,3%). Tal fato pode estar indicando dificuldades na manutenção das estratégias de agregação de valor e de diversificação de mercados, mas, sobretudo, a perda de competitividade decorrente da valorização do real.

Evolução da produção e da exportação de calçados no Rio Grande do Sul — jan.-out. 2003-06

PERÍODOS	PRODUÇÃO (1)	EXPORTAÇÃO		
	Taxa Acumulada (%)	Valor (US\$ 1 000 FOB)	Quantidade (1 000 pares)	Preço Médio (US\$ FOB)
Jan.-out./03	-3,9	1 054 596	68 908	15,30
Jan.-out./04	-1,7	1 048 534	99 546	10,53
Jan.-out./05	-3,2	1 090 870	83 425	13,08
Jan.-out./06	-8,3	1 054 596	68 907	15,30

FONTE: PIM-PF/IBGE.  
Secex/MDIC.

(1) Os dados têm por base igual período do ano anterior e referem-se a calçados e artigos de couro.

Maria Lucrecia Calandro (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.12.06).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 800 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística  
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Antonio Carlos C. Fraquelli  
Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia  
Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Marinês Zandavali Grando e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283  
E-mail: conjuntura@fee.tche.br  
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schimitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.